

Na mira do comércio de monografias

Repórteres do *Jornal Esquina* flagram vendedores de trabalhos acadêmicos. Comerciantes chegam a pedir mais de R\$ 2 mil. MPF investiga crime

Páginas 2 e 3



A vingança dos nanicos

CIDADES

Sacrifício até a Papuda

Mulheres se arriscam duas vezes por semana para visitar presos

Página 5

POLÍTICA

Candidatos lançam propostas improváveis nessas eleições. Equipe entrevistou os políticos que sabem que não têm chances de ganhar

Páginas 8 e 9

ECONOMIA

Consumação não pode

Bares de Brasília, segundo advogados, violam lei e cobram taxa mínima

Página 2

POLÍCIA

De olho na venda de monografias

Ofertas de comerciantes de trabalhos acadêmicos estão por todos os lados.

MPF já recebeu pedidos de investigação

por Sarita González - 6º semestre
saritagfernandes@gmail.com

Faixas nos arredores de universidades anunciam o serviço: “melhor sua monografia”. O que poderia representar apenas inocentes auxílios remunerados omite um crime cada vez mais comum no país. Em Brasília, o Ministério Público Federal (MPF) já recebeu pelo menos duas representações de pedidos de investigação a partir de denúncias de comercialização de monografias. Ambos já foram encaminhados para os órgãos de São Paulo e do Rio de Janeiro. O crime, tanto do “comerciante” quanto do comprador, é de falsidade ideológica. A pena varia de um a três anos de reclusão, além de multa decidida pelo juiz.

Repórteres do *Jornal Esquina* flagraram a ação desse comércio ilegal. O primeiro contato foi feito por telefone com vendedores que possuem anúncios na internet e na frente de universidades. Disfarçados de alunos interessados em comprar o produto, eles alegaram não ter tempo para fazer a monografia e mostraram interesse em contratar o serviço por completo. Do outro lado da linha, os vendedores afirmaram que fazem a monografia inteira e passaram informações de alunos interessados em comprar o produto, eles alegaram não ter tempo para fazer a monografia e mostraram interesse em contratar o serviço por completo. Do outro lado da linha, os vendedores afirmaram que fazem a monografia inteira e passaram informações de alunos interessados em comprar o produto, eles alegaram não ter tempo para fazer a monografia e mostraram interesse em contratar o serviço por completo.

O procedimento é sempre o mesmo. Primeiro a pessoa pergunta em qual instituição de ensino de Brasília o aluno estuda. Depois, o curso e o tema da monografia. Uns sugerem encontro pessoal com o aluno, outros passam o endereço de e-mail para a pessoa entrar em contato. Todos eles querem saber a data da defesa do trabalho para ter ideia do prazo que terão para entregar a monografia pronta para o aluno que solicitou o serviço. Eles levam, em média, de dez a 30 dias para realizar o trabalho, dependendo do curso e do tema escolhido. O preço da monografia pode variar de R\$ 500 a R\$ 2.000 e o valor pode ser dividido em até duas vezes.

No momento em que o serviço é solicitado, a maior preocupação dos vendedores de monografias é com o fato de o aluno acompanhar o que seu orientador passa. Eles recomendam que o estudante não fuja das orientações do professor. “Se você apresentar um trabalho pronto, certinho sem orientação, eles vão até colocar seu trabalho

Ilustração: Leonardo França



Artigo 299 do Código Penal

“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular”.

(* A fala do repórter disfarçado está em itálico)

Conversa 1

- *Alô? Eu vi um anúncio seu na Internet. Eu estou no último semestre da faculdade. Você faz monografia?*

- Que curso você faz?
- *Publicidade. Eu estou precisando de uma ajuda, sabe?*

- Me diga o que você tem pronta dela.
- *Olha, pra falar a verdade, pouca coisa. Eu tenho apenas algumas ideias.*

- Eu quero que você me mande um e-mail e coloque suas ideias, prazo de entrega...

- *Falando em prazo, quanto tempo demora pra ficar pronto?*
- Leva em torno de 10 a 25 dias.

- *O problema é que eu trabalho e estou precisando de uma ajuda justamente porque eu não tenho tempo.*
- Não se preocupe. Você me manda um e-mail e a gente vai conversando. É uma questão de confiança.

- *Mas então você me entrega o trabalho praticamente pronto?*
- Praticamente, não. Pronto. Se você contrata ele inteiro, eu te entrego ele inteiro. E isso inclui a revisão do texto, estrutura da ABNT e acompanhamento até a entrega final do seu trabalho, porque até mesmo depois da apresentação, se você tiver que fazer alterações, eu faço.

- *Obrigada, hein? Eu te retorno então.*
- Tá ok, eu aguardo.

Conversa 2

- *Oi, vocês fazem monografia?*
- Qual é a área?

- *Eu sou de Comunicação.*
- Qual é o prazo?

- *Olha, é que eu estou em fase de orientação agora. Então eu tenho até o final do ano. Por enquanto eu não tenho nenhuma noção. Vou precisar de uma ajuda até sobre o tema.*
- Você traz o tema pra gente desenvolver.

- *Então é só o material bibliográfico que eu preciso levar?*

- Sim. O texto fica por nossa conta. O seu papel vai ser passar pra gente as conversas que você tem com o seu professor. Mas em termos de sentar para elaborar, o trabalho é nosso. Inclusive, o trabalho é inédito.

- *É que eu realmente não tenho tempo pra fazer, porque eu tenho dois estágios.*

- Qual é o mínimo de páginas que a sua monografia deve ter?
- *O mínimo é 30.*

- E média de preço?
- *Fica R\$ 35 por página e esse valor é dividido em duas vezes.*

- Tudo bem. Eu entro em contato então.

contra a parede pra descobrir se foi você quem fez ou não. E a banca vai te arrebrantar. Então a gente deve trabalhar de acordo com o que seu orientador te pede, justamente para eliminar a possibilidade dele desconfiar que o trabalho não é seu”, explica um dos vendedores de monografias, em uma das conversas gravadas por telefone.

Quando procurados pela reportagem do *Jornal Esquina*, os vendedores de monografias negaram o serviço e alegaram que só fazem assessoria aos estudantes o que, segundo eles, equivale apenas à revisão do texto.

Difícil de punir

O advogado criminal Pedro Paulo Castelo Branco lamenta a dificuldade de identificar esse tipo de fraude. Ele explica que só o fato de anunciar o serviço não constitui crime, já que a conduta não foi materializada. Além disso, o vendedor de monografia precisa ser pego em flagrante, o que dificulta a investigação. “O aluno que contrata o serviço e assina a monografia com o próprio nome comete crime de falsidade ideológica, e a pessoa que elaborou seu trabalho também responde pelo ato. Mas o grande problema é identificar os có-reús”, explica.

Ele acrescenta que muitos vendedores de monografias distribuem trabalhos prontos para alunos de vários estados. Castelo Branco, que também é professor da Universidade de Brasília (UnB), conta que mesmo que um aluno apresente uma monografia de autoria suspeita, é difícil tomar alguma providência para punir o estudante. “Mesmo que desconfie, a banca não tem como provar e o professor não tem o poder de pegar o aluno pelo braço e levar para a delegacia. É um problema ético e um caso de polícia que deve ser resolvido”, desabafa.

Quem quer ser um graduado?

Beatriz (nome fictício), 49 anos, é recém-formada em Administração. Ela resolveu procurar por alguém que elaborasse sua monografia inteira em março deste ano e o processo durou três meses. “Foi por falta de tempo mesmo. Quem estuda, trabalha e faz monografia não dá conta de tudo”, opina. Beatriz já tinha definido o tema, fez uma prévia do que queria e mostrou para a pessoa que fez seu trabalho.

Os encontros eram semanais. A aluna levava as coordenadas passadas por seu orientador para a pessoa que elaborava o trabalho e esta, por sua vez, lhe dava um retorno. “Ela montava o texto, eu dava uma olhada, lia, revisava e concordava. Então ela seguia em frente”, explica.

Beatriz não teve de pagar pelo trabalho acadêmico, pois a pessoa que fez era sua amiga e não cobrou pela monografia pronta. Mas ela conta que uma colega sua, por exemplo, pagou R\$ 2.500 pelo serviço. O próprio orientador da estudante trocava e-mails com a pessoa que fazia a monografia. A aluna só leu o trabalho pronto e apresentou.

Quem cola não sai da escola

Sandra Mara Bessa, professora de Pedagogia Virtual da Universidade Católica de Brasília (UCB) explica que, na hora de avaliar o trabalho do aluno, é importante ficar atento se a apresentação oral condiz com o trabalho escrito. Para ela, uma maneira de descobrir se o trabalho foi feito pelo estudante é observar se as bibliografias recomendadas foram usadas corretamente. “Nós temos condições de perceber se o aluno que está apresentando o projeto realmente fez aquela monografia. Até as estruturas gramaticais do trabalho escrito podem revelar se o aluno é ou não o autor do projeto”, diz Sandra, que também utiliza softwares que verificam a existência de plágio.

A professora, que costuma orientar alunos e já avaliou vários trabalhos, recomenda que o orientador acompanhe a construção de todo o processo, tanto na parte intelectual como na escrita. Ela nunca se deparou com a situação de algum aluno apresentar uma monografia de autoria falsa, mas afirma que transmitir questões éticas aos graduandos desde o início da vida acadêmica é uma das formas de evitar que esse tipo de crime aconteça. “Caso isso ocorra, o aluno deve ser reprovado e terá de fazer sua própria monografia. Todos os estudantes precisam passar por isso”, opina.

A assessoria de comunicação do Ministério da Educação (MEC) informou que não há nenhuma ação no sentido de preparar as faculdades e universidades para fiscalizar ou conscientizar a prática ilegal de alunos.

IMPRENSA

O futuro do jornal impresso

por Filipe Marques - 6º semestre
filipe.passos.marques@gmail.com

O jornal impresso não vai acabar com as inovações tecnológicas, como a internet, mas precisa diversificar as plataformas de divulgação de conteúdo. Essa foi a conclusão dos palestrantes do 8º Congresso Brasileiro de Jornais (CBJ), organizado pela Associação Nacional de Jornais (ANJ). No evento realizado entre os dias 19 e 20 de agosto, a palavra chave, presente em quase todos os discursos, foi conteúdo. “Não produzimos papel, mas conteúdo”, disse Nelson Sirotsky, diretor-presidente do Grupo RBS.

Otimista em relação ao futuro dos jornais, o jornalista norte-americano Joshua Benton, diretor do Nieman Journalism Lab da Universidade de Harvard, afirmou que, em vários momentos da história, transformações tecnológicas mudaram o mundo, mas não significaram o fim dos veículos já existentes. “A Imprensa americana previu o próprio fim. Com a internet, se declarou morta: demitiu jornalistas e parou de investir. Mas, pouco tempo depois, voltou a investir e contratar”, afirmou. O convidado estrangeiro ainda citou alguns benefícios que a internet trouxe ao jornalismo - como tornar mais fácil e rápido o acesso às informações (com destaque a sites de busca como o Google), a queda no custo de distribuição e a ampliação da audiência para as notícias.

Por outro lado, o sociólogo Demétrio Magnoli defendeu o que ele chamou de “a credibilidade do papel”. “A credibilidade não está associada à antiguidade das marcas, mas ao custo de impressão no papel. Nem todas as notícias valem a pena imprimir. Por isso, o jornal impresso faz uma seleção das notícias que merecem ser, de fato, impressas”, disse o colunista de O Globo e Estado de S. Paulo.

Sobre os dispositivos móveis de leitura - como *smartphones* (iPhone), *tablets* (iPad) e *e-readers* (Kindle) - o publicitário Gustavo Ziller, sócio-diretor da Aorta (empresa especializada em aplicativos e conteúdos para as novas mídias), reforçou a relevância do conteúdo. “É ele que une todos esses dispositivos móveis, além da internet e da mobilidade. Não será o fim das publicações de papel, mas existirão novas formas de leitura”. Para o diretor de redação do Wall Street Journal, Robert Thomson, o importante é os jornais reconhecerem o valor do conteúdo que possuem e não entregá-lo gratuitamente na internet, como tem sido feito. “É preciso voltar ao básico, em que as pessoas apreciam o conteúdo o suficiente para pagar por ele”, disse Thomson, aplaudido pela plateia.

Na mesma linha, Gavin O’Reilly, presidente da Associação Mundial de Jornais e Editores de Notícia (WAN-IFRA, na sigla em inglês) e CEO do Independent News & Media PLC, defendeu os direitos autorais dos jornais sobre os conteúdos produzidos. “A indústria de notícias sempre funcionou tendo os direitos autorais (*copyright*, em inglês) como base e sempre será assim. Continua muito caro produzir informação e, por isso, os direitos autorais tem que ser preservados.”, disse O’Reilly.

Em longo discurso feito para uma plateia formada, em sua maioria, por donos de jornais e jornalistas, O’Reilly, na frente de representantes do Google, Yahoo! e Microsoft, disse: “nós temos o direito de decidir como o nosso conteúdo será explorado por eles (ferramentas de busca e agregadores de notícias, como o Google e Yahoo!). Não se pode culpar o Google, o Yahoo! ou o Bing (buscador da Microsoft) pela atual situação da mídia. O fato foi que a mídia falhou em proteger o próprio conteúdo. Por isso, eu digo: acima de tudo, protejam seus direitos autorais”. Do outro lado, os representantes do Yahoo!, da Microsoft e do Google não confrontaram diretamente a legitimidade da cobrança sobre os direitos autorais, mas cobraram que os jornais precisem fazer mais para conquistar um leitor que hoje tem mais opções.

Sobre o futuro do jornalismo, o diretor de redação da Folha de S.Paulo, Otávio Frias Filho, concluiu: “No futuro, vai haver uma pluralidade de formas de produção e de leitura de notícias, o que vai aumentar a concorrência pelo tempo e dinheiro do consumidor. Por isso, só os mais competentes vão sobreviver”.

Reitor Getúlio Américo Moreira Lopes		Editora-Chefe Sarita González	
Vice-Reitor Edevaldo Alves da Silva		Editores Cultura/ Esporte: Lucas Dutra Cidades: Juliana Lourenço Economia/Política: Jonas Lima	
Pró-reitora Acadêmica Elizabeth Manzur		Coordenador de Comunicação Social Henrique Moreira	
Pró-reitor Administrativo e Financeiro Edson Alves da Silva		Editora de Fotografia Lurian Leles	
Secretário Geral Maurício de Souza Neves		Professor Responsável Luiz Claudio Ferreira	
Diretor da FATECS José Pereira da Luz Filho		Editora de Arte Bárbara Martínez Fernandez	
		Supervisor Técnico André Ramos	
		Diagramação final Larissa Alberti	

TRÂNSITO

Seguro em xeque

Aliciadores transformam taxa obrigatória em negócio lucrativo. Especialistas esclarecem os direitos da sociedade à proteção do benefício

por Ana Paula Moraes - 6º semestre
aninhamoraes1@gmail.com

O executivo de uma empresa automobilística no Distrito Federal, Bruno Guedes, 26 anos, sofreu um grave acidente em 1998. Um carro vinha na contra mão e colidiu frontalmente com seu veículo, que foi arremessado para um córrego. O motorista do automóvel que lhe atingiu estava alcoolizado e faleceu na hora. Bruno teve fratura exposta no joelho direito e ficou por seis meses com os membros inferiores paralisados. Ele recebeu menos da metade do Seguro de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

Em caráter de invalidez permanente, ao solicitar indenização do DPVAT, Bruno recebeu apenas 40% do valor a que tinha direito. “Eles alegaram que minha invalidez era parcial, já que depois de um tempo voltaria a ter sensibilidade dos meus membros inferiores. Na época, a indenização integral era paga apenas para morte ou invalidez total da vítima”, diz. Ele também afirma que teve dificuldade em conseguir o ressarcimento, devido à burocracia do processo. “Dentre todos os requisitos, foram solicitados pedidos de guias de internação, comprovante de compra de remédios e de perícias médicas”, revela.

Pesquisas realizadas pela Seguradora Líder, atual responsável pela administração do seguro DPVAT, comprovam que a maioria das vítimas envolvidas em acidentes de trânsito desconhece o direito à indenização. O atendimento realizado por meio do seguro é válido em todo território nacional e possui três modalidades: morte, invalidez permanente ou despesa médico-hospitalar comprovada.

De acordo com Márcio Norton, diretor de relações institucionais da Seguradora Líder, o DPVAT tem caráter social e indeniza vítimas de acidentes de trânsito sem apuração da culpa. “No caso do Brasil, o seguro DPVAT tem o lado muito bom de excluir o componente da culpa. Tem culpa ou não tem culpa? Só paga se tiver culpa? Sendo assim, tentamos desburocratizar este processo”, afirma. Segundo o diretor, quando se paga a guia do DPVAT, automaticamente já há garantia de seguro ao condutor do veículo, à pessoa que estiver dentro do automóvel e, inclusive, a quem tran-

Foto: Perícia do acidente



Acidente de automóvel que envolveu o executivo Bruno Guedes

sita na rodovia.

Apesar de a central do DPVAT investir cerca de 5% do valor arrecadado (cerca de R\$ 5.409 bilhões) para financiar campanhas de prevenção de acidentes e afins, isso não é suficiente para esclarecer os direitos dos segurados. Há um mecanismo burocrático para solicitar indenização e atrasa a aquisição do direito do segurado.

Conforme a Lei 6.194 do novo Código Civil, desde 11 de janeiro de 2003, o prazo para os envolvidos em acidentes darem entrada no pedido de indenização do seguro obrigatório DPVAT é de três anos a partir da data do ocorrido. O benefício deve ser pago em até 30 dias úteis, após a certificação da entrega dos documentos exigidos.

Quando Bruno sofreu acidente, essa lei ainda não existia. Nove meses após o ocorrido, ele solicitou a indenização, mas só recebeu o valor em fevereiro de 2000, um ano após iniciar o processo. “Cogitei várias vezes em requerer o restante da indenização na justiça. No entanto, além da dor de cabeça, vou ter que passar por outras perícias médicas e instituições do governo. Elas são desumanas e humilhantes. O valor que eu receberia não paga a tranquilidade que tenho longe delas”, desabafa.

Ao ser questionado sobre o caso de Bruno, Dorival de Sousa, presidente do Sindicato dos Corretores do Distrito Federal (SIN-COR/DF), explica que: “quando se fala de invalidez, cada uma tem um percentual. Ou seja, para cada parte do corpo humano existe uma tabela de grau de invalidez. Nesses casos, quem atesta é o Instituto Médico Legal (IML)”.

Atualmente, não é preciso contratar despachantes ou intermediários para solicitar pedido de indenização. Segundo o corretor de seguros Sinval Dias, basta o requerente procurar uma se-

No entanto, de acordo com o advogado Ronaldo Santoro, Bruno poderia ter entrado com um recurso administrativo ao DPVAT ou recorrido ao juizado de pequenas causas. De acordo com ele, as seguradoras pagam apenas 20 salários mínimos em vez dos 40 que lhes são de direito. “As pessoas têm que entrar na justiça e exigir seus direitos. Nessa situação, geralmente é concedido o valor total a favor das pessoas que ingressam contra as seguradoras”, destaca.

Fraudes nas indenizações

Segundo o presidente do SIN-COR/DF, Dorival de Sousa, os aliciadores encontraram no seguro obrigatório uma possível fonte de renda e o transformaram em um negócio lucrativo. “Não se sabe de que forma, mas eles estão presentes no IML e até mesmo chegam a acompanhar as perícias onde ocorrem acidentes de trânsito”, diz. Os aliciadores do DPVAT aproveitam a falta de instrução das pessoas sobre o assunto e aplicam o golpe.

É o caso da empregada doméstica Reinaci de Souza. Seu irmão foi atropelado e morto em uma rodovia no Jardim Ingá, cidade próxima à Brasília. Na época, Cenildo de Souza tinha 48 anos. “Falaram para eu procurar um advogado e entregar os documentos. Assinei os papéis e dei a ele. Passou o tempo e sempre que eu ia atrás, ele dizia que o valor ainda não tinha sido pago. O acidente já tem mais de quatro anos e eu nunca vi sequer a cor do dinheiro”, reclama.

Os aliciadores se aproveitam do desconhecimento da população. Eles alegam que o veículo envolvido no acidente não estava em dia com o pagamento das taxas obrigatórias e, por isso, não teria como receber a indenização devida. No entanto, de acordo com Sousa, não é necessário que o valor referente às taxas esteja pago, uma vez que o seguro obrigatório do DPVAT é de cunho social.

Em um acidente de ônibus com dez vítimas, por exemplo, o aliciador consegue as devidas procurações e diz que o valor total é de R\$ 13.500 a ser dividido pelos envolvidos. Na verdade, este valor se refere à indenização individual de cada um e, desta forma, o aliciador fica com o lucro ilícito de R\$ 121.500.

Devido à alta demanda, muitas vezes não é possível haver uma apuração mais detalhada dos casos. Uma situação comum é quando aliciadores ou próprios familiares de uma pessoa que teve morte natural se apropriam do corpo e o colocam em uma esquina ou rodovia para forjar um atropelamento e obter um benefício ilegal. Segundo o presidente do SIN-COR/DF, também há casos em que pessoas se apropriam de um atestado de óbito falso, carimbos e formulários do IML. “Isso é muito comum, principalmente em regiões pequenas”, finaliza.



Reinaci perdeu o irmão em um acidente de carro e foi vítima de um aliciador do DPVAT

SEGURANÇA

Via crucis em dia de visita

Mulheres dormem na rua e se arriscam para visitar companheiros na Papuda

por Norma Engel e Márcia Aguiar - 6º semestre
engelpoa@gmail.com / marciasaguiar@hotmail.com

São 21 barracas ao longo do Km-4 da rodovia DF-465. Nelas, mulheres com diferentes histórias de vida dividem o mesmo drama. Às quartas ou sextas-feiras de cada semana, elas enfrentam os riscos de visitar parentes, filhos ou companheiros presos na Penitenciária de Brasília, conhecida como Papuda. O sacrifício noturno é para garantir as primeiras senhas, não perder tempo na vistoria e cumprir a jornada de trabalho, mesmo que precisem dormir à beira da estrada em barracas improvisadas.

A merendeira Andréia Silva, 26 anos, acorda às cinco horas da manhã diariamente. Antes de sair de sua casa em Samambaia (DF) para ir ao trabalho, ela olha seus filhos de três, cinco e dez anos, que ficam sob a guarda da avó. Após um dia cansativo, enfrenta, de ônibus, o trânsito de volta para seu lar. A diferença de Andréia para muitas outras mães é que, além da difícil rotina, uma vez por semana, ela se aventura para encontrar o marido na Papuda.

Na rodoviária do Plano Piloto, Andréia entra no último ônibus da viação Anapolina, Linha Mesquita, às 23h20. Depois de descer no “balão” do presídio, entre as rodovias DF-463 e DF-465, caminha cerca de 20 minutos por ruas sem nenhuma iluminação e chega à Papuda para pegar a ficha de visitação. Ela retorna na escuridão para sair da área de segurança e dorme numa barraca à beira da estrada até ser chamada.

Às seis horas da manhã, Andréia acorda e segue para a vistoria. A visita dá o direito de levar ao seu companheiro, Edionir, preso pela terceira vez por assalto e tráfico de drogas, 400g de biscoitos, seis frutas, dois sabonetes, um sabão de coco, 250g de sabão em pó, dois rolos de papel higiênico e um antitranspirante.

Adiel Teófilo, diretor geral da Subsecretaria do Sistema Penitenciário (SESIPE), declara que, ao contrário do procedimento antigo, onde as fichas de visita não tinham controle, hoje são feitos registros com número de identidade para limitar o tempo de esperana vistoria. No entanto, para sanar o problema das mulheres à beira da estrada, Teófilo comenta sobre o transporte público que as leva até o presídio. “É necessário

que haja melhoria no transporte para quem mora distante. Assim, poderia diminuir, inclusive, o tempo de deslocamento até o complexo”, critica.

Ele afirma que a diretoria penitenciária de operações especiais realiza vigilância para garantir a responsabilidade da segurança das mulheres que pernoitam para conseguir as primeiras senhas, mas confessa não ser suficiente. “Eles fazem ronda na parte interna, mas, infelizmente, não é possível ter uma presença efetiva na área externa da penitenciária”, explica.

Mulher de “bandido”

Andréia Silva é enfática ao falar sobre o mais difícil em ser mulher de presidiário. “Sofro preconceito. Não posso falar no meu trabalho a respeito do que passo, senão me demitem. Meu filho pergunta pelo pai e, depois da última prisão, disse a ele que Edionir estava a serviço em uma fazenda. Não quero mais vê-lo chorar pelo que os coleguinhas da escola vão dizer”, desabafa.

Sua colega de barraca, Miriam, 30 anos, que encara a visita ao marido condenado a dez anos de prisão, só deseja que o tempo passe logo. “Quero vê-lo aqui fora. Nada mais”, diz. Miriam também conta que existem mulheres mais corajosas e respeitadas entre elas, como Ana, que acampa há dez anos para ver seu irmão e só faltou duas vezes ao dias de visita.

Elas acordam bem cedo e fazem uma longa viagem

O motorista de ônibus Ivo Freitas trabalha na linha do ônibus que leva as mulheres até o presídio desde o ano 2000. Ele relata que já se acostumou com o movimento das mulheres, mas confessa que, no início, estranhava. Muitas vezes, há entre 30 e 50 mulheres que aguardam a chegada do ônibus no box 6 da rodoviária. “Antes eu as deixava próximo a uma chácara e elas pagavam R\$ 5 para ficar em um lugar mais seguro. Não sei o motivo por não poderem mais, então as deixo no ‘balão’ mais próximo. Tenho pena quando estão com os filhos pequenos, mas a vida é assim mesmo”, opina.

Fotos: Márcia Aguiar



Mulheres chegam para visitar parentes presidiários. Caminhada pela frente é grande



Depois do sacrifício, o grande momento é a hora de receber a senha para rever seus parentes

Vistoria íntima é considerada constrangedora

De acordo com as mulheres, o procedimento de inspeção é humilhante. As visitantes precisam ficar nuas para serem revistadas. Hoje, graças às reivindicações, a Secretaria do Sistema Penitenciário decidiu, por meio da ordem de serviço nº 5 de 2010, não mais utilizar métodos constrangedores, como o de agachamento e espelho.

No entanto, de acordo com a Secretaria, surgiram alguns conflitos dentro da penitenciária após a determinação. A quantidade de celulares flagrados com os presidiários, por exemplo, aumentou. Algumas mulheres introduzem aparelhos nas partes íntimas do

corpo e transportam com facilidade aparelhos para o interior do presídio. Também houve aumento na quantidade de entorpecentes dentro dos presídios, já que eles podem ser ingeridos ou introduzidos nas cavidades corporais dos visitantes.

De acordo com a Secretaria, está sob processo de licitação a compra de scanners corporais. Com esse método, não será necessário que a pessoa fique despida, já que basta ficar na frente do equipamento para que seja feita a inspeção completa, inclusive para verificar a possibilidade de ingestão de substâncias químicas.

EDUCAÇÃO

Foto: Juliana Lourenço



Cauã adora os joguinhos de memória, de quebra-cabeça e de descobrir as letras. De acordo com educadores, jogos online auxiliam no desenvolvimento de crianças

Alfabetização em joguinhos

Desafio para pais e professores, brincadeiras virtuais podem ajudar no processo de ensino e aprendizagem infantil

por Juliana Lourenço - 6º semestre
julianalourenco90@gmail.com

Selecionar a atividade, procurar pares de desenhos iguais, adivinhar as letras que compõem o nome do objeto em destaque, clicar na resposta certa. Todas as etapas estão presentes nas ações da criança ao acessar os jogos online que deseja.

Caroline Nascimento, mãe de Cauã, de apenas 3 anos e 9 meses, se surpreende com o desenvolvimento do filho nas atividades e acredita à influência delas na rotina do menino. “Como não está totalmente alfabetizado, ele adora os jogos da memória, de quebra-cabeça e de descobrir as letras. É incrível como sabe como acessar o que deseja, pedindo para eu clicar na página de pesquisas e escrever o nome do jogo. Depois ele faz sozinho”, diz.

De acordo com Adriana Sobral, mãe de Maria Luísa, de 7 anos, as

atividades virtuais refletem nas atitudes da filha. “A cada dia ela demonstra mais concentração para completar as tarefas e entender as regras. Além disso, melhora na comunicação verbal quando, por exemplo, tenta explicar a alguém como funciona o jogo e seus objetivos”, comenta.

Assim como Cauã e Maria Luísa, muitas crianças se adaptaram a brincar pela internet. Pedro, também de 7 anos, já está alfabetizado, mas não deixa de entrar em sites com jogos educativos. Segundo Raquel Lima, pediatra e mãe de Pedro, assim como qualquer outra brincadeira ou meio de comunicação, as atividades na internet influenciam positiva e negativamente. “É bom porque auxilia na agilidade do pensamento da criança. Entretanto, tem influência negativa ao desviar a atenção para os estudos. É preciso

haver vigilância e imposição de limites”, alerta.

Está claro que os jogos educativos online atraem cada vez mais o público infantil. Entretanto, a era da informática traz um grande desafio para a escola: adequar-se às crescentes evoluções que atingem a rotina infantil. “As crianças têm uma bagagem tecnológica ampla e a própria sociedade cobra isso. É dever da escola se adaptar à realidade”, conta Rislá Lopes, professora auxiliar de educação infantil. De acordo com ela, as atividades pedagógicas online são exemplos que comprovam a necessidade de superar esse desafio.

Flávia Mariana, também professora de educação infantil, afirma que seus alunos, todos com 4 anos, utilizam, principalmente durante a aula de informática, jogos educativos para integrar os

conteúdos vistos, como vogais, números e cores. Além disso, destaca o fato das crianças acreditarem que estão brincando quando, de forma inconsciente, internalizam o que veem. “O auxílio da informática como coadjuvante no processo de aprendizagem é de muita importância, pois atua para fixar, de forma descontraída, aquilo que é ensinado em sala de aula”, explica.

De acordo com Flávia, as atividades realizadas durante o período de alfabetização influenciam de forma ativa no processo de ensino e aprendizagem. O desenvolvimento intelectual da criança, por meio da memorização de normas, imagens, sons e decorrente do caráter educativo e motivador dos jogos, deve ser observado para que ela não ignore o que está sendo aprendido de forma inconsciente.

Está nos livros

Jorge Batllori, autor do livro *Jogos para treinar o cérebro*, diz que “para a criança, especialmente nos primeiros anos de vida, tudo é jogo e é por meio de diversos jogos que se aprende muitas coisas”. Segundo afirma no livro, a evolução dos jogos é fruto do desenvolvimento da sociedade e, apesar dos tradicionais ainda agradarem, surgem outros, como os de novas tecnologias, que não devem ser evitados.

“As atividades lúdicas, mais do que aceitas como rotina da educação de crianças, são uma prática privilegiada para a aplicação de uma educação que vise o desenvolvimento

pessoal”, afirma Vania Dohme, autora do livro *Atividades Lúdicas na Educação*. De acordo com ela, os jogos podem provocar o desenvolvimento intelectual de forma direta, por meio do uso de jogos cujo objetivo requeira inteligência e raciocínio.

Vania destaca, também, os principais motivos que tornam as atividades lúdicas positivas na educação infantil: participação ativa da criança no processo ensino-aprendizagem; diversidade de objetivos, que compreende as características individuais e o desenvolvimento de habilidades; exercício do aprender fazendo; aumento da motivação em participar.



Ilustração: Lorenço

INCLUSÃO

Uma luz para quem não vê

Artes auxiliam deficientes visuais a aprimorar habilidades táteis

por Renato Alves - 6º semestre
renatxow@hotmail.com

Se fosse comigo, eu me matava”. Essa foi a frase que Flávio Luis da Silva ouviu, por inúmeras vezes, quando perdeu a visão há doze anos. Na mesma época em que trabalhava com controle de qualidade e análise microbiológica em um laboratório, ele também ajudava um amigo em uma lanchonete quando foi atingido no olho por uma garrafa. Era uma briga entre nove rapazes. Flávio debilitou a visão e precisou se submeter a cinco cirurgias para tentar recuperá-la. No entanto, os resultados foram mínimos e sua visão degradou ainda mais com o tempo, até desaparecer por completo.

A partir daí, ele iniciou uma vida nova. Foi mais de um ano na justiça para conseguir uma indenização que nunca recebeu e mais oito para reaprender as atividades que antes eram hábitos e, agora, estão sob uma nova e desconhecida perspectiva.

Segundo a Secretaria de Educação, o Distrito Federal (DF) conta, hoje, com 13 instituições de educação especial que atendem 2.149 alunos. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas no DF, estima-se que haja 188 mil pessoas com algum tipo de deficiência visual, com diversos graus de severidade.

Foi no Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV) que Flávio reaprendeu a ler e a se locomover como os cegos. “Eu só ia para agradar minha mãe”, diz. Porém, foi lá que construiu uma nova história e descobriu um grande prazer: as artes plásticas. “A professora sempre me elogiava. Pegava minhas esculturas e mostrava para a escola inteira”, relembra.

De acordo com a alfabetizadora e brailista Maria Aparecida Paganine, professora do CEEDV, é imprescindível que capacidades manuais sejam desenvolvidas. “Elas

ajudam no processo de estimulação e aprimoramento das habilidades táteis, o que auxilia na fluência para ler em braille”, explica.

No mesmo lugar, Thiago Barros, 22 anos, estudou até o final da 2ª série, quando foi transferido para o ensino regular. “A pior parte de ser cego é não enxergar”, comenta, entre risos. O rapaz perdeu a visão aos 11 meses, devido a um tumor no nervo óptico (parte responsável pelo transporte da informação visual do olho para o cérebro). Sua mãe é ex-presidente da Associação dos Amigos do Deficiente Visual (AADV) e professora de Atividades da Vida Diária (AVD) na instituição em que Thiago estudou.

Se, para alguns, as artes plásticas são o caminho, para Thiago, é a música. Aos oito anos, começou a tocar flauta. Aos 15, entrou para a escola de música e iniciou seus estudos de clarineta e saxofone. Hoje, o rapaz é estudante de Direito e concursado do Ministério das Cidades. Por sua dedicação, venceu um dos maiores desafios para um cego: a dificuldade de acesso a materiais didáticos. Para isso, Thiago contou com o auxílio de voluntários da biblioteca do CEEDV, que liam para ele as apostilas com o conteúdo da prova.

A vida também se transformou para Flávio. Hoje, aos 41 anos, ele é escultor e vice-presidente da Associação Brasileira de Deficientes Visuais (ABDV). A entidade representa pessoas cegas e de baixa visão no DF. Fundada em 1984, sua direção é composta por deficientes visuais. A sede é modesta. Divide espaço com a funerária do serviço social do GDF em um terreno pertencente à Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest). Lá, Flávio e o presidente Justino Bastos coordenam atividades das mais diversas. Servem almoço diariamente, trabalham na confecção de cardápios, panfletos, livros em braille e desenvolvem trabalhos de artesanato. Lá, seus quase mil associados são deficientes visuais. Fazem tricô, esculturas de argila, trabalho com sucatas e pintam telas em alto relevo.

Flávio é também integrante do Grupo Artes Táteis, formado em 2005 no CEEDV pela professora Josemeire Coelho. Atualmente, o grupo é composto por cinco escultores cegos que percorrem galerias e eventos com performances de esculturas feitas ao vivo com a técnica adaptada para deficientes visuais. Lá, diferente de outros projetos ditos “inclusivos”, os próprios cegos são os protagonistas.



No Centro de Ensino Especial, os alunos realizam atividades manuais regularmente



Flávio tenta mostrar aos cegos coisas simples da vida por meio da pintura em alto relevo

Saiba mais sobre o CEEDV

Criado em 1991, o CEEDV é a única Unidade Pública de Ensino da Secretaria de Educação do Governo do DF especializada no atendimento do aluno cego e de baixa visão. Além da educação infantil e da 1ª série da educação pré-escolar, a instituição oferece programas de reabilitação de jovens e adultos com aulas de

orientação e mobilidade, atividades da vida diária, informática, música, entre várias outras habilidades. Lá também funciona a Associação de Amigos do Deficiente visual (AADV) e o Centro de Apoio Pedagógico (CAP), que produz livros e textos em braille para distribuição e apoio ao aluno deficiente visual.

ELEIÇÕES

Concorrentes à Presidência da República apresentam propostas inusitadas

Certos da derrota, candidatos nanicos aproveitam para ousar e sugerir ideias mirabolantes

por **Gabriela Coelho** - 6º semestre
gabrielacdm@gmail.com

Imagine todas as empresas privatizadas serem reestatizadas, um trem atravessando grandes cidades pelos ares e o fim do Senado. Absurdo? Não para os candidatos à Presidência da República chamados de nanicos. Juntos, não somam mais do que 3% das intenções de votos nas últimas pesquisas. Mesmo certos de que não têm a mínima chance de chegar ao cargo mais importante do Executivo aproveitam para ousar e abusar de polêmicas das quais os candidatos mais fortes fogem como o diabo da cruz.

Plínio Arruda (PSOL), Zé Maria (PSTU), Ivan Pinheiro (PCB), Levy Fidélis (PRTB), José Maria Eymael (PSDC) e Rui Costa Pimenta (PCO) apresentam nenhum ou poucos no Congresso Nacional. O PSOL, por exemplo, possui apenas quatro cadeiras na Câmara dos Deputados.

Devaneios em épocas eleitorais não são novidade. O fato é que, segundo cientistas políticos, em pleitos passados, os partidos menores formavam mais coligações. A novidade deste ano é que eles estão mais independentes e, com isso, o tempo na TV e no rádio diminuiu. Cada concorrente têm, em média, um minuto de propaganda.

Mesmo sabendo que não têm chances, os candidatos deixam claro que concorrem porque querem lutar contra a desigualdade social. Além disso, acham necessário apresentar aos brasileiros outra maneira de organizar a sociedade, sem concentrar riquezas. De acordo com os candidatos, os trabalhadores devem governar o Brasil não ao lado de banqueiros e grandes empresários, mas sim contra eles, para acabar com os privilégios desse setor.

Rui Costa Pimenta



Foto: Assessoria PSDC

José Maria Eymael



Foto: Assessoria PSDC

Rui Costa Pimenta, candidato do PCO, defende a luta e a organização dos movimentos sociais e populares da classe operária, dos trabalhadores do campo, das camadas médias democráticas e de outros setores oprimidos e explorados pela sociedade. Promete, também, a distribuição de terras. Perguntado como seria essa distribuição e para quem seria feita, o candidato não falou sobre o assunto. Ele propõe, ainda, que o salário mínimo seja de R\$ 2,5 mil que, de acordo com ele, seria indispensável para a felicidade dos brasileiros oprimidos.

Autor de um dos jingles mais inesquecíveis das eleições, que existe desde 1985, e que continua nas eleições de 2010 (*Ey, Ey, Eymael, um democrata cristão...*), o gaúcho José Maria Eymael (PSDC) sugere, em sua proposta, os princípios da liberdade, da solidariedade e da justiça. Propõe, ainda, a parceria entre a Iniciativa Privada e o Poder Público. Além disso, defende que o salário mínimo seja de R\$ 2,1 mil. A redação do *Esquina* entrou em contato com a assessoria do candidato e não obteve retorno até o fechamento desta edição.

Onde estão os nanicos?

PSOL

PSOL
Partido Socialismo e Liberdade

PSTU

PSTU
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PCB

PCB
Partido Comunista Brasileiro

PRTB

PRTB
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSDC

PSDC
Partido Social Democrata Cristão

PCO

PCO
Partido da Causa Operária

Ivan Pinheiro



Foto: Assessoria PCB

Plínio Arruda



Foto: Assessoria PSOL

Zé Maria

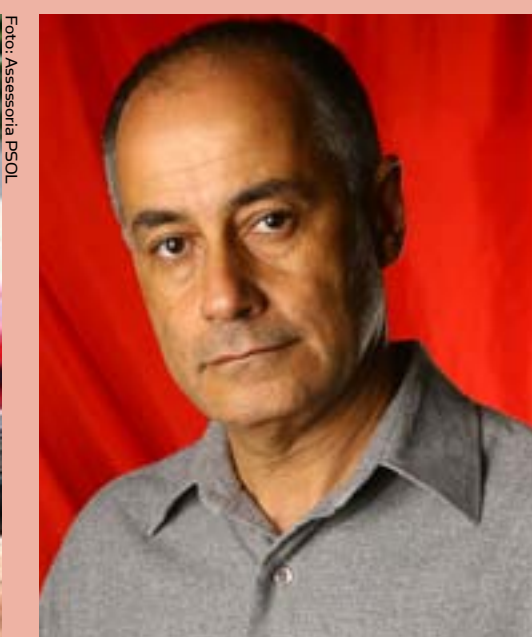


Foto: Assessoria PSTU

Levy Fidélis



Foto: Assessoria PRTB

O comunista Ivan Pinheiro (PCB), que concorre pela primeira vez à presidência da República, propõe a instituição de novas formas de representação direta dos trabalhadores. Ele defende a ideia de colocar fim no Senado Federal. Para o comunista, haveria maior liberdade de organização partidária e participação popular nas decisões através de convocação de plebiscitos. "O Brasil teria um presidente que não engana os trabalhadores e diria a eles que só com luta acabariam com a exploração do homem pelo homem. Nós, comunistas, somos movidos por sentimentos de justiça e liberdade".

O socialista Plínio Arruda (PSOL), também estreante na candidatura, apoia a legalização do aborto, tema muito discutido pela sociedade. "Essa mudança traria um tratamento adequado a todas as mulheres que morrem ou ficam com graves sequelas", comenta. Aposta na luta contra a desigualdade no Brasil e propõe que todas as terras que passem de mil hectares, equivalente a mil campos de futebol, deveriam ser desapropriadas. Para ele, significa romper com o agronegócio, e a terra seria redistribuída entre aqueles que precisam.

Zé Maria Almeida (PSTU) já se candidatou à presidência em 1998 e 2002. Defende uma mudança na estrutura da sociedade e prevê a socialização das riquezas e recursos naturais do Brasil. "Resultará bons salários, saúde, educação, acesso à cultura e ao lazer para todos", articula. Propõe a estatização de grandes empresas brasileiras e a suspensão do pagamento das dívidas externas e internas. "São dívidas que já foram pagas dezenas de vezes, cujos contratos já deveriam ter sido anulados pelo governo", diz.

O candidato Levy Fidélis (PRTB) tenta se eleger ao cargo desde 1986, mas fracassou nas oito tentativas. Ainda assim, segue firme com a sua proposta de levar um aerotrem, espécie de ferrovia suspensa no ar, às grandes cidades brasileiras. Questionado se a implantação do aerotrem ajudaria no combate à fome, à saúde precária e à desigualdade social, o candidato não soube responder.

No Guará, primeira mulher candidata à presidência no Brasil vive no esquecimento

Livia Maria conta como foi a participação nas eleições de 1989, quando teve quase 180 mil votos

por **Lucas Lemppek** - 6º semestre
lucaslemppek@gmail.com

A participação de mulheres na política tem crescido a cada eleição. Esta afirmação é óbvia visto que, este ano, dos três presidenciais mais bem colocados nas pesquisas, duas são mulheres. Porém, nas primeiras eleições diretas, em 1989, a participação das mulheres se restringia a quase zero. Naquele ano, Livia Maria Ledo Pio de Abreu foi a primeira mulher a se candidatar à presidência. Concorreu pelo Partido Nacionalista e obteve 179.922 votos, ficando com a 16ª posição entre os 22 candidatos.

Na época, Livia tinha 41 anos. Mesmo não alcançando as primeiras posições, ela ficou a frente de políticos conhecidos como Celso Brant e Fernando Gabeira. Hoje com 62 anos, a simpática ex-bancária conta como foi a sensação de disputar aquelas eleições. "Foi emocionante. Era um sonho de criança e meu principal objetivo de vida era ser presidente. Todos os outros sonhos eu realizei. Sou mãe, avó, professora de música, e advogada (começou o curso no UniCeub e concluiu na Puc-Mg). O sentimento que tive naquela época foi de amar o Brasil.

Amo meu país como nunca ninguém amou", ressalta Livia, que foi candidata duas vezes à deputada federal, em 1994 e 1998, sem no entanto, obter sucesso.

Apesar de já ter sido presidencial, ela conta que atualmente quase ninguém a reconhece. Livia Maria mora em uma casa no Guará II e luta para criar o próprio partido, o Partido Brasil Forte. Mineira de Carangola, viveu parte da infância no Rio de Janeiro. Já em Brasília, estudou no Centro de Ensino Fundamental Caseb logo nos primeiros anos de existência da nova capital

federal. Avó de oito crianças, a ex-presidencial relata que adora passear nas feiras de artesanato e pegar um sol no clube aos finais de semana, além de cozinhar para a sua família eventualmente. Mas não esconde: "Adoro cozinhar, mas prato difícil eu não sei fazer não (risos)". Livia está lendo a biografia de Marina Silva e a partir desta leitura teve a ideia de escrever um livro sobre a própria história também: "Tenho certeza que a minha vida daria um livro interessante, e até historicamente importante para o Brasil".



Livia, que também se candidatou duas vezes à deputada federal, relembra fama repentina

Crescimento da participação feminina e cota de 30%

Em relação às eleições de 2006, o número de mulheres candidatas este ano, aumentou em 93%. Em 2010, concorrerão 2.402 mulheres a mais.

Mesmo tendo quase dobrado, a participação feminina ainda é bem menor do que a dos homens. Mas Livia se orgulha de ter contribuído de forma tão importante para este crescente aumento. "Fico feliz porque tenho a certeza de que abri muitas portas para aumentar a participação das mulheres na política, ajudei inclusive a lutar pela lei que garante que 30% dos candidatos dos partidos têm que

ser mulheres", destaca Livia.

Livia se refere à recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O órgão decidiu, em 12 de agosto deste ano, que os partidos e coligações que não obedecerem à legislação eleitoral quanto à proporção mínima de mulheres, precisarão se adaptar, adicionando ou cortando candidatos. Porém, alguns especialistas criticam a decisão do TSE, e avaliam que, por ser de última hora, os partidos podem buscar, às pressas, mulheres para serem candidatas, não por competência, mas pela obrigação de ter de cumprir a cota.

CURIOSIDADES

1932: O primeiro ano que as mulheres brasileiras tiveram o direito de participar das eleições, votando e se candidatando

1933: É eleita a primeira deputada federal no país, Carlota Pereira de Queirós

1979: É eleita a primeira senadora, Eunice Michiles

1995: É eleita a primeira governadora brasileira, Roseana Sarney

CIDADANIA

Conscientização da importância do voto acontece um mês antes das eleições

TSE e AMB lançam documento para combater a corrupção eleitoral

por Gabriela Coelho - 6º semestre
gabrielacdm@gmail.com

As eleições chegaram e, com elas, a pressão para votar em um político confiável. Nomes como Roseana Sarney (PMDB-MA), Jader Barbalho (PMDB-PA), Joaquim Roriz (PSC-DF), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Jackson Lago (PDT-MA), José Sarney Filho (PV-MA) e Marcelo Miranda (PMDB-TO) causam desconfiança e medo do futuro do país. Os citados foram impugnados pelos respectivos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) com base em inelegibilidade decorrente de condenação; renúncia ao mandato por quebra de decoro parlamentar; abuso de poder econômico; desfiliação partidária e pela aplicação da Lei da Ficha Limpa.

A partir disso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) lançaram a Cartilha do Eleitor. Com o objetivo de mostrar a importância do voto e a fiscalização de um processo limpo e transparente, o documento visa combater a corrupção e mostrar que o cidadão precisa ser um eleitor consciente, que saiba o passado do candidato e as consequências de anular o voto.

De acordo com a AMB, foram três milhões de exemplares distribuídos aos TREs, cartórios eleitorais e entidades filiadas em todo o Brasil. Para o doutor Mozart Valadares Pires, presidente da AMB, o voto deve ser feito com consciência. "A cartilha mostra à sociedade que não se deve votar em candidatos que tenham fichas sujas, que estejam com candidaturas impugnadas e recursos pendentes", diz. Além disso, Pires cita a aprovação da Lei da Ficha Limpa como o melhor recurso nas eleições. "Esta é a mais democrática das leis brasileiras, com mais de 1,5 milhões de autores que se mobilizaram e exigiram que seus representantes tenham verdadeiramente uma conduta ilibada.", articula.

A Cartilha do Eleitor foi preparada para ensinar, aos eleitores, a identificação de um ato de corrupção eleitoral, como coletar provas necessárias

ASICS/TSE



Presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski (em pé); e presidente da AMB, Mozart Valadares (sentado) no lançamento da cartilha

para acusar um político e fazer a denúncia. Entre os atos de corrupção, são mencionados a compra de votos, o uso da máquina pública e a realização de boca de urna.

Segundo o presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, os cidadãos devem escolher seus candidatos sem nenhuma pressão. "Os eleitores são os juízes mais importantes da eleição, pois são eles que julgam quem deve ser eleito", conclui.

A cartilha declara que o simples testemunho do eleitor pode levar à cassação de um político. Para isso, é importante juntar provas do ato de corrupção, como fotos, gravações, folhetos, telefonemas e e-mails. A cartilha cita o

Ministério Público Eleitoral (MPE), a Polícia Federal, o juiz eleitoral e o Comitê 9840, criado para oprimir a corrupção eleitoral, como autoridades aptas a receber a denúncia.

No dia 3 de outubro de 2010, os brasileiros irão às urnas para escolher, na ordem, os candidatos a deputado estadual ou distrital, deputado federal, senadores, governador e presidente da República.

Para o economista Itacir Cardoso, a iniciativa da Cartilha do Eleitor é muito interessante. "Essa parceria é importante para mostrar ao eleitor como proceder no voto e os cuidados que devem ser tomados. Além disso, esclarece bem o povo

brasileiro, principalmente como é abordado o tema de compra de voto", conclui.

De acordo com Lewandowski, o voto consciente pode mudar o futuro do país. Os eleitores devem escolher seus candidatos, buscar informações sobre eles e comparar se o que dizem realmente reflete no que fazem. A tentativa de comprar votos, por alguns candidatos, pode ocorrer com o oferecimento de um presente, a prestação de um serviço ou um favor, por exemplo. Segundo os especialistas, com a conscientização, o Brasil será um país melhor e nomes corruptos não serão mais rotina.

Os serviços são opcionais, porém quase sempre utilizados. Urnas, flores, velas, véus, material de proteção individual, ornamentação e produtos de assepsia do corpo são exemplos do que as empresas oferecem. As funerárias também são

DINHEIRO

A dor no bolso na hora do luto

Brasilienses desembolsam no mínimo R\$ 1,5 mil com gastos funerários

por Larissa Alberti - 6º semestre
larialberti@gmail.com

Já dizia o cantor e compositor Sílvio Brito: "tem que pagar pra viver, tem que pagar pra morrer...". Todo mundo sabe que viver em Brasília custa caro. A novidade é que morrer não sai barato. A morte, que é certa, porém quase sempre inesperada, acarreta despesas extras às pessoas que nem sempre estão preparadas para arcar com esse ônus.

O que fazer então quando o inesperado acontece? O que decidir quando a morte se apresenta? Na capital federal, as opções para destinação dos corpos são quase sempre muito caras. Por isso, brasilienses passaram também a planejar os gastos com a morte, com o objetivo de ter tranquilidade e não sobrecarregar seus familiares. Essa atitude, ainda pouco comum, vem crescendo cada vez mais e se tornando tendência para o futuro.

Algumas famílias já se encarregaram de deixar os custos com a morte quitados. É o caso de Nádia Maria. A professora de enfermagem do UniCeub paga mensalmente uma taxa de R\$ 60 que garante à ela e seu marido um plano funerário. Segundo Nádia, o serviço foi oferecido pelo próprio cartão de crédito há dois anos. "Optei pelo serviço, pois não quero dar trabalho para a minha família quando morrer", enfatizou.

A corretora de seguros Tallento, localizada na Asa Sul, é uma entre tantas outras que oferecem seguro de vida com auxílio funeral. De acordo com o funcionário da loja, Hygons Hipólito, os planos variam entre R\$ 3 a R\$ 10 mil, podendo ser pagos mensalmente ou anualmente. Os seguros preveem pagamento de despesas com cerimônia e sepultamento, de taxas para emissão de documentos, de custos médico-hospitalares não cobertos pelo seguro de saúde e de traslado do corpo.

Com um leque de serviços extenso, as funerárias têm cada vez mais lucratividade. Os grandes investimentos em serviços diferenciados e inovadores fazem com que o mercado se torne bastante promissor. Prova disso é o crescimento de empresas nesse setor. De acordo com a Associação Brasileira de Empresas e Diretores do Setor Funerário (Abredif), há 5.500 empresas em funcionamento no país. Os serviços são opcionais, porém quase sempre utilizados. Urnas, flores, velas, véus, material de proteção individual, ornamentação e produtos de assepsia do corpo são exemplos do que as empresas oferecem. As funerárias também são



Ilustração: Leonardo Ferraço

responsáveis pelo atendimento à família, traslado do corpo, expedição de documentos, retirada de certidão de óbito, guia de sepultamento, formolização e embalsamento.

Na funerária Santo Antônio, localizada no Sudoeste, o preço de um caixão pode variar de R\$ 194 a R\$ 18 mil, no caso de uma urna importada. A ornamentação não sai por menos de R\$ 125. Quando o corpo fica exposto por mais de 24 horas, é feito o embalsamento. Esse sai a um custo de R\$ 460. Mas se o enterro for providenciado logo após a morte, utiliza-se a formolização, serviço mais em conta, que custa cerca de R\$ 250. Além disso, a família ainda precisa arcar com os custos da documentação, que não saem por menos de R\$ 500.

Depois de acertar as contas com o serviço funerário, é necessário decidir o que será feito com o corpo. Cremá-lo ou sepultá-lo? No Distrito Federal existem seis cemitérios. Os preços dos serviços prestados são definidos pelo governo, e podem ser reajustados anualmente pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), definido pela Fundação Getúlio Vargas.

No cemitério Campo da Esperança, o valor mínimo de um jazigo de uma gaveta custa R\$ 493, incluindo o serviço de sepultamento. Para quem deseja reservar um espaço para a família, o jazigo de três gavetas pode ser adquirido a partir de R\$ 1,2 mil. Quem não vê problema na reutilização de uma cova, paga um preço bem mais em conta, a partir de R\$ 36. A utilização da sala para o velório sai a partir de R\$ 11.

Para aqueles que não possuem dinheiro suficiente para arcar com as despesas de uma morte, o governo do Distrito Federal cobre todos os custos. O órgão responsável nesses casos é a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest), que encaminha solicitação dos enterros sociais à administração dos cemitérios. Atualmente, o DF apresenta uma média de sepultamentos sociais de 15%,

ultrapassando os 10% previstos pelo Decreto 20.502, de 1999.

Do pó ao pó

Para quem não deseja ficar embaixo de terra, o cemitério mais próximo da capital que oferece cremação é o Parque e Crematório Jardim Metropolitano, que fica no entorno, na cidade de Valparaíso de Goiás. O local oferece lanchonete, floricultura, planos preventivos para aquisição de jazigos, sepultamento, atendimento fúnebre, locação de salas de velórios e templos.

Quem opta por esse serviço, desembolsa no mínimo R\$ 1,3 mil. O lugar ainda oferece jazigos em concreto armado de três, duas ou uma gaveta e columbário para sepultamento de cinzas ou restos mortais. Os preços dos jazigos variam de R\$ 825 a R\$ 1,7 mil, dependendo do número de gavetas. Já os columbários, revestidos em mármore, variam de R\$ 720 a R\$ 1 mil. Além disso, a família ainda tem de pagar uma taxa anual e vitalícia de R\$ 228 para a manutenção do corpo no local. De acordo com o gerente do crematório Péricles Dourado, os pagamentos dos jazigos podem ser feitos em até 60 vezes com juros fixos

Muitos cemitérios já oferecem planos para deixar a cremação paga, que incluem desde o atendimento inicial até o atendimento necessário para o procedimento da cremação. O Jardim Metropolitano disponibiliza dois tipos de planos: básico, que inclui cremação e utilização de nicho de columbário coletivo; e diamante, que inclui remoção do corpo, urna de aluguel luxo, ornamentação, velório de luxo, templo ecumênico, serviço de cremação, cinzário modelo "diamante", columbário familiar e coroa de flores modelo "diamante". Os valores para pagamento à vista são de R\$ 1,3 mil para o básico e R\$ 6,25 mil para o diamante. Depois da cremação, é necessário

que se escolha um lugar para depositar as cinzas. Para isso, o crematório oferece diferentes tipos de urnas cinzárias. A variação de preço ocorre de acordo com o material utilizado para fabricação, arte e modelo. Os preços variam de R\$ 280 à R\$ 5 mil. Segundo Dourado, a urna mais interessante do momento é a urna ecológica, na qual a família pode plantar uma árvore em homenagem ao falecido.

Para quem decide não levar as cinzas do ente querido, o local oferece um columbário revestido em granito, cujos lóculos são apropriados para colocação das cinzas e preservação da memória. Pode-se também, sepultar as urnas cinzárias em um jazigo comum. Mas para utilizar esse serviço, a família terá de gastar um pouco mais, já que a utilização do espaço também é comercializada.

Para quem decide não levar as cinzas do ente querido, o local oferece um columbário revestido em granito, cujos lóculos são apropriados para colocação das cinzas e preservação da memória. Pode-se também, sepultar as urnas cinzárias em um jazigo comum. Mas para utilizar esse serviço, a família terá de gastar um pouco mais, já que a utilização do espaço também é comercializada. O primeiro é uma sala de velório em estilo moderno, com suítes climatizadas, frigobar e som ambiente. A outra opção é o templo ecumênico, que conta com 80 poltronas em couro, altar e ambiente climatizado. Os preços são de R\$ 165 para as salas e R\$ 110 para o templo.

SAIBA MAIS

Sepultamento: Também conhecido como enterro, consiste no ato de colocar a urna da pessoa falecida em um jazigo (sepultura).

Jazigo: Construção existente nos cemitérios executada com placas pré-moldadas onde são sepultados os corpos. Este espaço físico é composto normalmente de três gavetas (compartimentos) abaixo do nível do solo, com capacidade para uma urna em cada gaveta.

Columbário: Espaço com nichos específicos para armazenar as urnas com as cinzas de corpos cremados.

DIREITO

Fique atento: cobrança de consumação mínima é proibida

Segundo advogados, estabelecimentos espalhados pelas Asas Sul e Norte afrontam lei distrital e cometem irregularidades. Clientes desinformados saem no prejuízo

por Lucas Dutra - 6º semestre
lucasdutralvovyer@gmail.com

Garçom, por favor. Desce uma, outra, desce R\$ 30". Nos feriados, fins de semana e noites de maior movimento, essa frase pode ser dita por qualquer consumidor de bares e casas noturnas de Brasília, que concorda em pagar taxa de consumação mínima para permanecer nos estabelecimentos que deseja. Há um problema nessa situação: de acordo com a Lei Distrital nº 3510/2004, criada pelos deputados Izalci Lucas e Fábio Barcellos, "é proibido às casas noturnas, bares, boates e similares, no âmbito do Distrito Federal, condicionar o fornecimento de produtos e serviços a limites quantitativos, bem como ao fornecimento de outro produto ou serviço, ainda que a título de consumação mínima". Ou seja, a cobrança é irregular e clientes desinformados pagam sem saber.

No centro da cidade, alguns estabelecimentos que comercializam entretenimento, ou que simplesmente dispõem de um serviço que pode ser encontrado em muitos outros lugares, impõem que seus frequentadores consumam um valor mínimo de seus produtos. Caso não concordem em assumir o compromisso de fazerem uso de uma taxa mínima, os clientes são barrados e proibidos de entrar no local.

Segundo o deputado Izalci, esta lei foi criada para resgatar o livre arbítrio ao qual o consumidor tem direito e acabar com imposição de padrões dos estabelecimentos comerciais. "Precisamos usufruir de maior civilidade para alcançar a melhor qualidade de vida enquanto povo. E a liberdade de escolha é base deste salto qualitativo na convivência. Estabelecimentos comerciais que condicionam o fornecimento de seus serviços a um limite quantitativo estão impondo padrões próprios ao consumidor. A lei proibiu esta prática e, com isto, acrescentou maior qualidade à vida dos brasilienses", comenta.

O órgão responsável pela fiscalização dos estabelecimentos de Brasília é o Instituto de Defesa do Consumidor (Procon/DF). O descumprimento da lei pode gerar multa que varia de R\$ 212 a R\$ 3,1 milhões. "Orientamos ao consumidor discriminar na nota fiscal todo o serviço

efetivamente pago, questões de interior do estabelecimento. Normas específicas devem ser inseridas em documento fiscal, para o Procon materializar a conduta e abrir processo administrativo. Posteriormente haverá uma fiscalização no local e, se necessário, aplicação de multa. Os consumidores devem enviar denúncias no canal 151", explica Jarcy Dudal, gerente de fiscalização do órgão.

Além de multar, o instituto também possui poder para impedir o funcionamento comercial do local. Entretanto, etapas burocráticas tornam o procedimento lento e pouco eficaz. "Para um estabelecimento ser fechado, tem que aderir a condutas gravíssimas. Ou seja, oferecer prejuízo ou dano à saúde e bem estar do consumidor, em níveis maiores. Isto deve ser ponderado. O procedimento padrão é o de atuar com multa pesada de caráter pedagógico, como tentativa de que o estabelecimento não repita a cobrança. Porém, caso persista em infringir a lei, nós temos poder para aplicar sanções que podem fechar um estabelecimento

"Obrigam alguém a consumir mais do que gostaria é proibido"

temporariamente. Porém, há uma série de processos demorados", afirma Dudal.

O bar Sociedade Futebolista do Brasil, localizado na quadra comercial da 303 Sul, exige a consumação nos dias de maior movimento e procura do local. Ao preço de R\$ 30, para o homem, e R\$ 15, para a mulher, o consumidor pode ocupar uma mesa e acompanhar as atrações do bar, especializado em transmissão de jogos de futebol. Alex Maciel, o subgerente, conhece a lei e revela o motivo de o estabelecimento ter começado a cobrar taxa de consumação mínima há mais de um ano. "Começou a vir uma 'molecada' que só aparecia para assistir os jogos na TV, fazendo com que outros clientes, que vinham ao bar para consumir, ficassem sem lugar", revela.

Segundo Maciel, o estabeleci-

Foto: Lucas Dutra



Funcionário de bar distribui comandas de consumação mínima no Plano Piloto

mento perde dinheiro quando não realiza a cobrança da taxa. Também afirma que sempre recebem queixas de clientes insatisfeitos, mas que, após conversa, entram em consenso. "Recebemos reclamações de pessoas que não querem gastar, mas dialogamos e muitas vezes elas concordam em ficar", esclarece. Porém, contrapondo com o argumento do subgerente, o estudante Eric Alves não concorda com a prática exercida pelo local. "Está dentro do direito do consumidor gastar com o que quiser, e não com o que é imposto pelo bar", comenta.

A cobrança irregular não está presente apenas nos bares de Brasília. Muitas boates e casas noturnas também aderem ao mesmo esquema. É o caso da Moena, localizada no shopping Pier 21. Geralmente às sextas e sábados, há uma transformação de parte do valor da entrada em consumação mínima, o que também é proibido. Segundo o Procon/DF, "converter parte da entrada em consumação é uma tentativa de burlar a lei". A boate cobra até R\$ 60 para homem. "Não é certo cobrar consumação mínima. É uma afronta até no combate ao alcoolismo. O

cliente precisa ter o direito de consumir o que quer", comenta o estudante de engenharia Mateus Sobral.

A advogada Elizabete Costa de Oliveira Góes comenta o caso. "É válido cobrança de ingresso ou entrada, mas algumas empresas reverterem parte dessa entrada em consumação mínima. Evidentemente, quando desdobram este processo, os estabelecimentos realizam uma tentativa de enganar a lei. Obrigar alguém a consumir mais do que gostaria é proibido", esclarece.

O Procon/DF realizou em abril deste ano a Operação Noite Legal, que fiscalizou se estabelecimentos cumpriam as leis. No primeiro dia de operação, o órgão visitou 11 locais e autuou nove deles nas seguintes infrações: cobrança de valor pela perda de comando, cobrança de consumação mínima e falta de exigência da apresentação da identidade nas operações com cartões de crédito e débito.

Para obter mais informações a respeito do assunto, acesse o site www.procon.df.gov.br.

SOCIAL

Força da bola de meia

Esporte promove integração de alunos especiais em Samambaia

por Geovana Martins - 6º semestre
geovana_martins@yahoo.com.br

São 8h15. Toca o sinal para os alunos. Jogadores de chulebol se agitam para mais uma partida. São seis atletas presentes no campo, todos uniformizados e separados em dois grupos: vermelho e preto. Os times são compostos por Rafael, Daniel "Pitoco", Valter, Wiliam, Leonardo e Euzébio, o professor. Todos esperam a bola no pé, mas é no ar que ela se apresenta.

O chulebol foi criado pelo educador popular Euzébio Nery, 49 anos, em Samambaia Sul, a 30 quilômetros do centro de Brasília. Ele participa do programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), do Ministério do Esporte, que prevê a inclusão social para a população carente. O professor ministra aulas de segunda a sábado. Onde houver espaço e alunos interessados em aprender como se joga, lá está Euzébio. Às quartas-feiras, as aulas têm um local determinado: o Centro de Ensino Fundamental 312 de Samambaia. Das 8h às 11h, as aulas são reservadas para alunos com deficiências múltiplas, físicas, síndrome de Down e autismo.

A seca que atinge a capital não dá trégua para quem pratica atividades esportivas. Tempo seco, vento forte e frio eminente atingem a todos. Desgastado pelo tempo, o campo atrai os alunos numa corrida pela bola de meia. O jogo é uma mistura de handebol com vôlei. Para marcar um ponto, a esfera precisa entrar em um mini gol pendurado no travessão da baliza.

A ideia surgiu da necessidade das crianças por ter o que fazer. "Todos estavam reclamando que o computador pifou, o

videogame quebrou e não podiam mais brincar", elucida Nery. Ele explicou para a garotada que quando era criança não existia nada disso e que todos buscavam se divertir da maneira mais interativa. Com o interesse da garotada ele resolveu inventar o esporte, que mescla recreação e condicionamento físico dos

praticantes.

Sem dinheiro para comprar uma bola, resolveu fabricá-la com meias de vários tipos: meia calça; soquete; de lã e até mesmo pano. O nome chulebol remete, de fato, ao chulé, pois é feita com meias usadas e costuradas.

Como todo esporte que se preze, são necessárias as famosas regras. Não dar mais de três passos com a bola na mão, não ficar com a bola presa e não atacar ou defender dentro da área são exemplos de normas respeitadas por todos os jogadores. São fáceis de decorar, mas, segundo o criador do esporte, "a função é para ser recreativo e não tem a finalidade de um grupo derrotar outro, mas sim, de um trabalho em equipe", esclarece.

As regras fazem com que os alunos adquiram aptidões. Uma delas consiste em aprender a

Foto: Geovana Martins



Para a prática do esporte, o que menos interessa é a qualidade da bola. Vitória da intenção

importância da perda de uma partida e usar as limitações para obter novas conquistas. A professora de Psicologia Escolar, Ana Flávia Madureira, do Centro Universitário de Brasília (UniCeub), afirma que um esporte como o chulebol pode auxiliar na construção de outros canais de comunicação.

"Com a prática, eles terão uma oportunidade para aprender o valor da cooperação e da socialização", diz. Quem assistia a tudo, sentada ao lado da quadra, era Valéria Castilho, professora de ensino especial. "Os benefícios do esporte auxiliam na educação e na saúde dos alunos, pois trabalha no desenvolvimento motor e no equilíbrio", explica.

Otime de preto estava na frente. Os vermelhos se esforçaram ao máximo até chegarem ao empate, comemorado como gol do Brasil contra a Argentina em Copa do Mundo.

Alunos especiais podem estudar em classes comuns do ensino regular ou em classes especiais. No caso dos jogadores de Chulebol, estudam numa sala só para eles. O Centro de Ensino Fundamental da 312 de Samambaia é uma escola regular, tendo duas turmas especiais com 32 alunos, sendo 16 em cada turma. O ensino é dividido por cinco níveis de aprendizagem. Se aprovado nesses ciclos, o aluno especial passa para a 5ª série do ensino fundamental regular.

Segundo dados da Secretaria de Educação do Distrito Federal, o ensino especial atende a 13.689 estudantes na rede pública de ensino. Em Samambaia há 110 alunos

especiais matriculados.

Começa o intervalo de dez minutos na escola e entra no ar a rádio interna chamada *Tutustum*, também conhecida como rádio corredor, feita e coordenada pelos alunos. Ao final do jogo, os vermelhos e pretos retornam para a sala de aula. Os estudantes de chulebol dão adeus ao educador Euzébio, que espera vê-los na próxima quarta-feira.



MÚSICA

De São José do Egito a Brasília

Mestre Zé do Pife e as Juvelinas reacendem a cultura musical nordestina na capital do Brasil

por Lurian Leles - 6º semestre
lurianleles@gmail.com

Fotos: Jonas Lima



Mestre Zé do Pife e as Juvelinas: disseminação da música nordestina em todo o Distrito Federal

Exemplo de que no coração do país pulsa cultura nordestina é o grupo Mestre Zé do Pife e as Juvelinas. Desde 2007, os músicos manifestam a tradição popular do Nordeste. Composto pelo pernambucano Francisco Gonçalves da Silva, há muito conhecido por Seu Zé do Pife, e as jovens Kika Brandão, Naira Larrea, Maísa Amorim, Valéria Lehman, Luciana Bergamaschi, Andressa Ferreira, Julia Carvalho, Gutcha Ramil e Isa Flor, o grupo encanta plateias com o som do pifano (ou pife, como é conhecido no nordeste), instrumento de sopro produzido por Seu Zé.

Seu Zé do Pife teve o primeiro contato com as Juvelinas, quando dava oficinas de pifano na UnB a convite da Diretoria de Esporte, Arte e Cultura (DEA). Já na primeira turma conheceu as então alunas Valéria, Luciana e Naira. Elas gostaram tanto das aulas que se matricularam e permaneceram nas oficinas por dois anos. Com o tempo, as estudantes sugeriram ao mestre montar uma banda de pifano, com percussão, violino e vozes. Hoje, o grupo conta com mais seis moças. O nome Juvelinas foi dado por Seu Zé, como apelido pelo fato de as garotas serem jovens, com idades que variam entre 20 e 25 anos.

O grupo costuma se apresentar em festivais de cultura e de arte circense, em eventos do governo

e também da Unesco. Já fizeram shows em Goiás e Minas Gerais, mas, devido a dificuldade de locomoção para as dez pessoas do grupo, concentram as atividades na capital federal mesmo.

Em um espetáculo que reúne música, dança e performances de circo, o grupo emociona o público. “Eu já vi as Juvelinas fazerem o povo chorar enquanto tocavam”, exalta o Mestre Zé do Pife. Ainda este ano, a banda lança seu primeiro CD “De Brasília a São José do Egito” e, em dezembro, um importante marco acontece na vida do grupo. Pela primeira vez, Seu Zé levará as meninas para duas apresentações, nos dias oito e nove, em sua terra natal.



Pifanos: instrumentos de sopro produzidos e vendidos por Seu Zé

tudo sozinhos”, conta Seu Zé. Encorajados pelo avô, que comprou zabumba, pratos e triângulo, montaram a primeira banda, que chamava atenção na cidade por ser conduzida por crianças.

Já adulto, em 1973, Francisco se mudou para São Paulo onde trabalhava, em serviços de construção. Nos tempos livres, procurava bambu, produzia e vendia os pifanos. Aproveitava também para tocar nas ruas, praças e em forrós. Foi nessa época que recebeu o apelido que o consagrou: Zé do Pife - uma homenagem ao instrumentista alagoano João do Pife. Em seguida, Zé do Pife chegou a se apresentar na TV, nos programas de Sílvio Santos, Barros de Alencar, Raul Gil e também no Chacrinha.

Em 1993, Seu Zé veio para Brasília acompanhado da esposa e dos filhos. Morou em vários lugares no Distrito Federal, mas firmou-se há alguns anos em Ceilândia, onde vive até hoje. Logo após se instalar na capital, já com seus cinquenta e poucos anos, foi demitido pela empresa em que trabalhava.

“Mesmo com a demissão, não me incomodei e nem tive medo. Confio primeiramente em Deus e na profissão que Ele me deu. Onde eu estiver não passo fome, sempre tenho um trocado no meu bolso, pois fabrico e toco”, revela. Desempregado, Seu Zé passou a se dedicar somente ao pifano. Em Águas Claras, tocou nos forrós do Pimentinha e do Júlio, ambos já extintos. Ainda sem conhecer direito a cidade, saiu pelas ruas e foi para a porta das faculdades vender sua arte. Foi assim, que ficou conhecido e foi convidado pelo coordenador de projetos comunitários avulsos do DEA, Max Müller, para ministrar as oficinas na UnB. “Eu tenho a maior boa vontade de que as pessoas aprendam, eu não quero guardar pra mim”, diz Seu Zé. Ele conta que não se limita a só vender o pifano. Faz questão que todo comprador aprenda um pouco do instrumento por meio de uma “aulinha” na hora da compra.

O músico afirma que muitas meninas querem fazer parte do grupo, mas lamenta não ser possível ter tantas pessoas na banda. Apesar disso, ele sonha: “se eu pudesse, colocaria todo mundo aqui de Brasília em uma grande banda de pife, para ir tocando em uma fila daqui até Pernambuco”.

LITERATURA

Biblioteca da árvore vira sonho perdido

Espaço cultural em lugar inusitado incentiva educação, mas local sofre abandono

por Ana Carla Barros e Lucas Dutra - 6º semestre
anakbarros@gmail.com/lucasdutravoye@gmail.com

Se Tarzan tivesse acesso à leitura na copa das árvores, talvez não fosse o urador famoso que é. A tanga, o peitoral definido, o jeito arisco e até os cabelos longos e sedosos do herói das selvas hollywoodianas são características que poderiam ser transformadas. Dá para imaginar o condutor de cipós comportado, de óculos de grau, cabelo lambido penteado, calças e camisa social sobre uma barriga saliente?

O hábito da leitura entre galhos, flores, colméias e folhas a alguns metros do chão pode parecer inimaginável, mas não está tão distante assim. Há dez anos surgiu em Taguatinga, no Distrito Federal, um espaço destinado exclusivamente para esta atividade. Batizada de Íris Solano e conhecida como Biblioteca da Árvore, a iniciativa era suprir necessidades por espaços físicos culturais e materiais.

Os espaços culturais públicos de Taguatinga e os de outras cidades do entorno possuem funcionários especializados e sistemas de computação para pesquisas. Abandonada pela administração da cidade, a biblioteca da árvore não dispõe de empregados ou métodos que facilitam a busca das obras.

Criada pela cearense e moradora da cidade, Petronília Lima, a biblioteca é destinada ao acesso de livros em local inusitado, a poucos metros de

altura entre os galhos de uma árvore. Com quatro metros quadrados, equivalente ao tamanho de um quarto comum, disponibiliza acervo que conta com livros de ensino básico e superior. Além disso, também é possível encontrar revistas, gibis e bíblias para os mais diversos públicos. Todos os exemplares foram doados por professores e pessoas da comunidade.

Petronília chegou a Brasília em 1968, devido à transferência do ex-marido militar. Mãe de sete filhos e dona de casa, só estudou até a quarta série, mas sempre priorizou a importância da educação. Por oito anos, foi a responsável por cuidar e administrar o espaço cultural. Faleceu em outubro de 2008, aos 85 anos, por conta de um problema de diabetes.

Sem nunca ter funcionários contratados, a entrada era controlada pela própria fundadora. Se Petronília não estivesse em sua moradia, a porta do centro cultural ficava trancada para evitar uso indevido do local. O responsável por dar continuidade ao projeto foi o bombeiro José de Sousa, filho de dona Petronília. “Se puder continuar com o projeto será ótimo, pois o incentivo à leitura é algo sensacional”, sonha.

Herdeiro da biblioteca, Sousa revela que o horário mais frequentado pelas pessoas era nos períodos da manhã e da tarde. “A melhor hora é aquela em que os alunos acabam de sair

da escola, pois eles aproveitavam este período para realizar trabalhos pendentes”, afirma. Ainda de acordo com ele, o espaço ficava trancado durante a noite por motivos de segurança. A praça vazia e a má iluminação pública funcionavam como chamariz para pessoas suspeitas.

Paulo Costa, formado em administração, revela que já usou a biblioteca para estudar. “Depois que passei a usar a biblioteca percebi que a leitura é a base de tudo. Mas, desde que Petronília faleceu, não venho mais aqui. O espaço já foi até arrombado”, desabafa.

Segundo o site da Secretaria de Cultura do Distrito Federal (SC/DF), ao todo são apenas duas bibliotecas públicas em Taguatinga - a Machado de Assis, na Área Especial da CNB 01, e a Dorina Nowill, exclusiva em acervo em braile para portadores de deficiência visual, no mesmo endereço. Já em Brasília, é possível consultar e fazer aluguel de livros na Biblioteca Nacional, a maior da cidade, e na Biblioteca Pública de Brasília, nas quadras 512/ 513 Sul.

O morador, músico e professor de matemática, Hamilton de Paula, acredita que o espaço pode voltar a funcionar. “Se a biblioteca na parada de ônibus dá certo, por que a nossa não pode dar?”, questiona. O morador se refere às bibliotecas populares espalhadas pelas paradas de ônibus de Brasília.

“Embora seja um local diferente para divulgar a cultura, não é mais utilizado. Deveria servir para as futuras gerações”, finaliza.

Porém, desde o falecimento de Petronília Lima a biblioteca encontra dificuldades para continuar aberta. Constantemente o espaço fica fechado, o que causa queixas de moradores insatisfeitos. As reclamações com a administração de Taguatinga são contra a falta de atenção e investimento no local. Um dos moradores, que optou por preservar sua identidade, afirma que foram feitos vários abaixo assinados para a administração decidir o destino da biblioteca, se continuam com o projeto ou se tiram do lugar, deixando o local livre e impedindo de se tornar um lugar descuidado.

Segundo a assessora de comunicação da Administração de Taguatinga, Ana Sannles, para as reclamações surtirem efeito, os moradores devem formalizar um documento protocolado. “Não adianta as reclamações serem feitas por telefone ou pessoalmente, sem nenhum documento”, afirma. A assessora do administrador Rubens Tavares, também afirmou não ter conhecimento das queixas. “Sabe-se que a biblioteca é oficialmente relacionada à comunidade e de cuidados particular de cada um”, revela.

Fotos: Ana Carla Barros



Biblioteca da árvore foi construída há dez anos em Taguatinga

CERRADO

Árvores florescem até nas cinzas

A seca no DF causa mal estar físico e inúmeros focos de incêndio, mas é impossível não notar a beleza dos ipês

por **Sabrina Fiuza** - 6º semestre
sa.fiuzalima@gmail.com

Ar quente e pesado. Céu cinzento. Gramas amarelas e árvores nuas. Assim é o clima e a paisagem de Brasília de maio a setembro. A seca é um período propício a incêndios, principalmente no Centro-Oeste do Brasil. No entanto, nessa época é possível admirar a beleza do ipê, árvore nacional.

De acordo com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), nos últimos quatro meses foram registrados 1.839 focos de incêndio. Em julho, houve 582 ocorrências e em agosto, 569. Segundo a corporação, o CBMDF recebe, por dia, cerca de 40 ligações para denunciar incêndios.

O veterinário Kuayrê Chagas explica que o DF possui áreas extensas de cerrado onde vivem diversas espécies de animais que, devido às queimadas, precisam fugir de seus habitats. “Quando o fogo atinge seus ambientes, eles procuram refúgio e, muitas vezes, param nos quintais da vizinhança”, alerta.

Por outro lado, é nessa época que a capital é embelezada com as flores coloridas dos ipês. De acordo com Beatriz Gomes, mestre em botânica pela Universidade de Brasília (UnB), a floração é um espetáculo que se repete todo ano. “O fenômeno é rápido e sincronizado. De modo geral, todas as árvores de cada tipo de ipê florescem ao mesmo tempo, na época da seca”, explica.

Entre julho e outubro, o ipê-roxo ou rosa é o primeiro a florescer. Beatriz conta que sua madeira é utilizada, principalmente, para o paisagismo. No entanto, o ipê-rosa também carrega propriedades me-

dicinal e é procurado na busca da cura de diversas doenças, como o câncer.

Último representante do gênero, o ipê-branco floresce entre agosto e setembro. Alamedas dessas árvores podem ser vistas nas ruas da capital federal. Beatriz afirma que sua floração em massa dura pouco tempo.

com a do ano passado. A capital federal registra mais de cem dias sem chuva e, em 2009, foram apenas 63 dias de seca.

Segundo a geógrafa Ercília Torres, o motivo de tanta seca no DF é causado por um sistema atmosférico anticiclone do atlântico sul. “Ele predomina no Brasil central e promove a seca, pois o sistema é de alta pressão para baixo”, explica. “A umidade que sobe não forma nuvem e por isso não chove”. A geógrafa também faz uma correção: “o clima não é seco. É tropical alternadamente úmido e seco”. De acordo com Ercília, o clima seco é aquele em que chove apenas 200 milímetros por ano e, no DF, chove cerca de 1500 milímetros.

Mato Grosso foi o estado brasileiro mais atingido por incêndios provocados pela seca e baixa umidade do ar no mês de agosto. Foram registrados mais de 8 mil focos de incêndio no estado. Em seguida, o Pará com 5.772 casos e Tocantins com 4.335. No Brasil inteiro já foram mais de 26 mil queimadas neste período.

Os estados que concentram os menores índices de umidade relativa do ar são: Distrito Federal, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins.

Em dias de seca, cuidado com o choque

Segundo o professor de física da UnB, Tarcísio Filho, o choque acontece por um acúmulo de carga por causa da energia estática. “O ar úmido descarrega a energia através da umidade. Na seca, o ar tem pouca umidade e a energia fica acumulada nas pessoas”, explica. “Quando a pessoa toca no carro, no tapete ou carpete, a energia acumulada é liberada e acaba causando esta descarga elétrica”, completa.

A analista Talita Ribeiro conta que no período da seca os choques são mais frequentes. “Levo choque até quando encosto nas pessoas. No carro, evito tocar em partes metálicas”, afirma.

Foto: Luciana Santos



dicinal e é procurado na busca da cura de diversas doenças, como o câncer.

O ipê-amarelo, símbolo do Brasil por estar presente em todos os biomas, floresce entre julho e setembro. No país, há 14 espécies de ipê e sete são da cor amarela. Também conhecidos como ipê-amarelo-do-cerrado e pau-d’arco, no DF existem três espécies: *Tabebuia aurea*, *Tabebuia ochracea* e *Tabebuia serratifolia*. Sua madeira é pesada, dura e resistente ao ataque de cupins, fungos e também ao apodrecimento.

A bióloga explica que o ipê-amarelo é bastante utilizado para arborização urbana, mas alerta que o plantio próximo às residências ou em calçadas públicas não é reco-

mendado. “As raízes podem danificar o calçamento, além de poder entupir calhas no período em que a árvore perde suas folhas”, ressalta. Seus frutos surgem entre setembro e outubro.

“O ipê-branco floresce em aproximadamente dois dias”, diz. A madeira desse ipê é utilizada na arborização urbana. Segundo a bióloga Lauana Queiroz, o ipê é uma árvore nacional da família das Bignoniáceas. *Tabebuia*, o gênero, é de origem tupi guarani e significa “aquilo que flutua”. Essa árvore possui características diferentes de outras espécies. As folhas caem antes do período de floração para evitar a perda de umidade e sobreviver à seca.

Pressão para baixo

De maio a setembro, o clima seco é característico no Centro-Oeste do país. Entretanto, a estiagem no DF está mais severa, se comparada



Foto: Sabrina Fiuza